

**DA PECUÁRIA À SOJA: UMA LEITURA DE BALSAS (MA) –
BRASIL – COM BASE EM VIDAL DE LA BLACHE**

**FROM LIVESTOCK TO SOY: A READING OF BALSAS (MA) -
BRAZIL - BASED ON VIDAL DE LA BLACHE**

Roberto Cesar Costa Cunha¹ & Carlos José Espíndola²

¹Doutorando em geografia
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Email: robertoujsma@hotmail.com

²Professor associado do Departamento de Geociências
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Email: carlos.espindola@ufsc.br

Recebido 05 de Abril de 2018, aceito 28 de Maio de 2020

Resumo: O presente texto tem como objetivo central verificar as transformações geoeconômicas no município de Balsas (MA) partindo de dois elementos estruturantes da concepção La blachiana de região: o gênero de vida e a circulação. A região sul do Maranhão foi ocupada, no século XVIII, por vaqueiros que, juntamente com as condições naturais, originou uma estrutura econômica e social lastreada na pecuária extensiva. Essa estrutura foi de fundamental importância para a criação de núcleos urbanos e o desenvolvimento do comércio. Contudo, a partir de 1960, com o processo de modernização da agricultura brasileira, a pecuária cedeu espaço para a agricultura do arroz e a cadeia produtiva de soja. Essas duas novas estruturas produtivas implantadas pelos imigrantes, oriundos do Sul do Brasil, transformaram a cidade de Balsas em polo econômico regional.

Palavras-chave: cadeia produtiva de soja, Vidal de La Blache, Balsas, circulação.

Abstract: The present text has as main objective to verify the geoeconomic transformations in the municipality of Balsas (MA), starting from two structuring elements of the La blachiana conception of the region: the life style and the circulation. The southern region of Maranhão was occupied in the eighteenth century by cowherds who, along with natural conditions, originated an economic and social structure backed by extensive cattle ranching. This structure was of fundamental importance for the creation of urban nuclei and the development of commerce. However, since 1960, with the process of modernization of Brazilian agriculture, livestock has given way to rice farming and the soybean production chain. These two new productive structures implanted by the immigrants from the South of Brazil, transformed the city of Balsas into a regional economic pole.

Key words: soybean production chain, Vidal de La Blache, Balsas, circulation.

INTRODUÇÃO

A importância assumida pela cadeia produtiva da soja no cenário agrícola brasileiro ultrapassou os limites das porteiras das fazendas para influir nas discussões a respeito de pesquisa tecnológica, cadeias produtivas, competitividade e, até, infraestrutura. Santos & Silveira (2012) assinalaram que a cultura da soja é responsável por inúmeras metamorfoses e especializações produtivas do espaço agrário brasileiro. A magnitude dos números impressiona. Na safra de 2017, a produção em grãos alcançou mais de 114,07 milhões de toneladas cultivadas em 33,9 milhões de hectares, o que representa 51,1% da produção de grãos e 57% das plantações agrícolas de grãos no país, com uma produtividade média próxima dos 3.370 kg/ha (CONAB, 2018). Com isso, as exportações de soja em grãos abrangeram 68,1 milhões de toneladas em 2017, o equivalente a US\$ 25,7 bilhões. Os segmentos de grãos, óleo e farelo auferiram

US\$ 31,7 bilhões, significando 13,7% de todas as vendas externas do Brasil e 30% das exportações do agronegócio brasileiro (Brasil, 2018).

A cadeia produtiva da soja no Maranhão constitui-se como um dos principais elementos do dinamismo regional. Na safra de 2017, a produção de grãos de soja foi auferida em 2,4 milhões de toneladas, o que representa 19,5% do Matopiba¹. A área plantada alcançou 821,7 mil hectares, e a produtividade média foi de 3.010 kg/ha. Entre 2000-2016, o crescimento da produção foi de 458,1%, e a da área plantada foi de 369,1% (Conab, 2018). Exclusivamente no município de Balsas a produção da soja atingiu 234 mil toneladas, em 2016 (IBGE, 2018a), o que coloca esse local como o sexto maior município produtor de soja em grãos da região do Matopiba, perdendo apenas para Formosa do Rio Preto (BA) e São Desidério (BA), com quantidade produzida de soja, em 2016, respectivamente, de 814 mil e de 791 mil toneladas. Ademais, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Balsas saltou de R\$ 385,2 milhões em 2000 para R\$ 2.629.706 mil em 2015 (IBGE, 2018a).

Conforme esclarecem Espíndola & Cunha (2015, p. 225-226), a expansão da cadeia produtiva de soja em direção ao Nordeste do país reporta-se a múltiplas combinações, dentre as quais: (i) estabelecimento de firmas produtoras e processadoras de grãos e de carne nas regiões Centro-Oeste e Nordeste; (ii) baixo valor da terra, se comparado aos preços então praticados na região Sul durante as décadas de 1970 e 1980; (iii) incentivos fiscais para a abertura de novas áreas para a produção agrícola, no caso a expansão da soja no Cerrado está relacionada com os incentivos do Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER); (iv) topografia muito

¹ A região do Matopiba é uma delimitação geográfica proposta pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE da EMBRAPA, que abrange dez mesorregiões e 31 microrregiões homogêneas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reunindo um total de 337 municípios nos estados do Maranhão (região Sul), Tocantins (região Norte), Piauí (região Sul) e Bahia (região Sudoeste).

favorável à mecanização, combinada com as condições climáticas com regime pluviométrico altamente propício ao cultivo de verão; (v) bom nível econômico e tecnológico dos produtores oriundos do Sul do país que ocuparam a região; e (vi) desenvolvimento de um bem-sucedido conjunto de tecnologias para produção de soja nas áreas tropicais.

Cunha & Espíndola (2015) salientam ainda que, mesmo com essa expansão e o dinamismo econômico, não houve mudança expressiva na estrutura fundiária do sul do Maranhão e ainda permanecem relações sociais de produção pretéritas. Para entender essas reminiscências, cabe perguntar: como ocorreu o processo de ocupação no sul do Maranhão e qual a estrutura econômica e social que se formou na construção da cidade de Balsas?²

Para alcançar o objetivo proposto, partimos da noção de região, desenvolvida pelo clássico da Geografia, Paul Vidal de La Blache. A noção do referido geógrafo sobre região apresenta dois elementos fundamentais: o gênero de vida praticado pelos habitantes bastante propenso em mudar a fisionomia de uma região; e a circulação que desenha e diferencia uma região em relação a outra (Lira, 2013). O gênero de vida

constituído implica em uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem se faz sentir sobre seu meio desde o dia que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que, desde os primórdios das civilizações, essa ação não foi

² Atrás dessas respostas, inúmeras pesquisas foram desenvolvidas; entre elas, destacam-se: Cunha & Espíndola (2015); Dutra (2012); Miranda (2011); Pacheco Filho (2011); Mota (2011); Introvini (2010); Rocha Ferreira (2008); Andrade & Souza Filho (2008); Carneiro (2007); Cunha (2015). Em que pese a importância desses trabalhos para compreensão da cadeia produtiva da soja no sul do Maranhão, a questão do processo de formação da estrutura econômica e social, e a origem da cidade de Balsas passa perifericamente.

negligenciável. Mas totalmente diferente é o efeito de hábitos organizados e sistemáticos que esculpem cada vez mais profundamente seus sulcos, impondo-se pela força adquirida por gerações sucessivas, imprimindo suas marcas nos espíritos, direcionando num sentido determinado todas as forças do progresso (La Blache, 2012, p. 134)³.

Essas ações, por sua vez, não querem dizer concretude absoluta das contradições entre a natureza e os gêneros de vida das regiões que se praticam em diferentes formas e de maneiras desiguais e combinadas de desenvolvimento. Por exemplo, as formas, de direito de propriedade para cada gênero de vida, mudam e acentuam-se e especializam-se (La Blache, 2012). Essas transformações só ocorrem por meio da produção, ou seja, pelo trabalho do homem para modificar, segundo as leis historicamente determinadas, o espaço geográfico. Outro elemento fundamental é a circulação que condiciona o nível civilizacional de uma sociedade. Com a circulação de pessoas, matéria-prima, mercadorias, ferramentas, há possibilidade de expansão social e regional do trabalho.

Toda variedade, toda desigualdade e, com maior razão, todo contraste são os pretextos de intercâmbios, de relações e de penetração recíprocas. Eles põem em marcha todas as forças pelas quais, na natureza, o equilíbrio rompido tende a se restabelecer, ou pelas quais, na ordem dos fenômenos humanos, um desejo

³ Segundo Mercier (2009, p. 22-23), “Vidal retém principalmente a dimensão econômica e técnica no sentido de que, essencialmente, ele relaciona o gênero de vida ao conjunto dos meios nos quais uma sociedade se dota para valorizar os recursos do território ocupado. Segundo o francês, cada gênero de vida manifesta uma adaptação particular a um dado ambiente natural em função de um certo nível de desenvolvimento técnico, permitindo uma exploração mais ou menos intensiva e diversificada das diferentes possibilidades do meio [...]. Embora marcados por certa fixidez, os gêneros de vida estão expostos às forças da evolução pois, comumente, por efeito de novas circunstâncias, uma sociedade habituada a viver sobre si mesma é posta em contato com povos, hábitos e necessidades que ela não conhecia. Começa então um novo ciclo de civilização”.

é despertado, uma necessidade é satisfeita, uma ação exterior é solicitada (La Blache, 2001, p. 6)⁴.

Assim sendo, combinar-se-á a noção Lablachiana de região com a categoria de formação socioespacial, pois essa é fruto de um invólucro histórico no espaço-tempo, o todo reproduzido em uma de suas frações. Uma sociedade determinada que não possui funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo e relações de produção e de propriedade imutáveis. Que interagem e evolui no processo histórico (Santos, 1977). A escolha dessa categoria de análise em associação com a noção de região de Paul Vidal de La Blache tem o propósito de tentar a factibilidade de uma rica chave de interpretação da região sul do Maranhão e a gênese da cidade de Balsas.

O método de pesquisa utilizado no texto foi o exploratório-analítico⁵. Na sua operação, o texto foi desenvolvido com base em parâmetros bibliográficos e

⁴ Lira (2013) assinala que, no entendimento de Vidal de La Blache, toda a superfície da terra está submetida ao impulso dinâmico da circulação, uma vez que agrega forças para expansão ou retrocessos. As regiões diferenciam-se de acordo com o tipo de circulação que atua no seu interior e pode ter duas tendências, a qual o autor chama de espacialidades da circulação: isolamento e disseminação. O isolamento é mais frequente em grupos populacionais nos quais as formas de produção e as relações sociais estão ligadas às forças endógenas e exógenas da natureza e do meio. A circulação por disseminação é uma pré-condição para o processo histórico de desenvolvimento de uma sociedade dada. “As inovações técnicas são difundidas graças à incessante circulação de massas humanas [...] são existe, aliás, patrimônio civilizacional sem as assíduas flutuações das massas” (Lira, 2013, p. 170). Além disso, a generalização das trocas provoca, segundo Vidal, o crescimento das cidades que, centralizando os circuitos de comunicação, se tornam – sobretudo na era industrial – os nós vitais. [...]. Resulta dessa dinâmica que a organização espacial das sociedades humanas corresponde, daí em diante, mais às áreas de mercado e de dependência econômica que às divisões naturais (Mercier, 2009, p. 24-25).

⁵ Explica Gil (2008, p. 27) que “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Ademais, a escolha da noção de região lablachiana só tem uma intenção: verificar empiricamente sua validade como chave de interpretação da realidade brasileira, não cabendo fazer diálogos ontológicos e epistemológicos com outros autores contemporâneos.

documentais (livros, teses, dissertações, artigos de periódicos indexados, etc.), fundamentado em fontes primárias, secundárias e em pesquisas de campo de modo contextualizado. Recorreu-se a informações e dados dos relatórios da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ao banco de dados dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aos relatórios do Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas (SindiBalsas). Ainda dentre as fontes secundárias, destacam-se artigos em periódicos indexados, teses, dissertações, livros, sítios de entidades empresariais e governamentais na internet. As pesquisas de campo foram realizadas na cidade de Balsas (MA), em outubro de 2014 e em março de 2017.

Este texto está organizado, além da introdução e das considerações finais, em três seções. Na primeira, apresentam-se a trajetória de ocupação do sul do Maranhão e a formação de sua estrutura econômica e social. Na segunda, discute-se a dinâmica da sua estrutura econômica e social com a inclusão da pequena produção e do comércio. A terceira seção destaca a cadeia produtiva da soja e a nova dinâmica geoeconômica de Balsas.

A OCUPAÇÃO DA REGIÃO SUL DO MARANHÃO

A região sul do Maranhão, conforme Figura 1, é fruto, no início do século XVIII, da chegada dos primeiros vaqueiros baianos irradiados do vale do rio São Francisco, que conseguiram romper a barreira natural do rio Parnaíba. Logo vendo a imensidão dos verdes pastos maranhenses, pois nunca avistados na caatinga nordestina, batizaram a região com o nome de pastos bons e fundaram uma vila na chapada nordeste da serra do Itapecuru (Cardoso, 1947). Em uma marcha de velocidade lenta, avançaram pelas nascentes dos rios Mearim, Grajaú e outros, criando diversas freguesias, vilas e cidades, como Riachão, Carolina, Grajaú, São Félix de Balsas, por exemplo.

era facilitado pelos grandes proprietários, pois a quantidade de terra disponível era imensa (Andrade, 1995; Abreu, 1982; Prado Jr, 2011). Castro (1980, p. 40-41) comenta essa combinação:

a combinação de propriedade inerentes à atividade criatória – a reprodução natural do “capital”, o crescimento extensivo por mera combinação animal + pasto + água – com a quase inexistência de custos monetários (correntes) garantiam à pecuária sólida posição diante das crises externas. Mas o setor não apenas podia defender-se, como era capaz de transformar-se, no intento de atingir novos mercados. Neste sentido, diversifica e valoriza com o tempo o produto levado ao mercado: de início, o couro, e, em menor medida, o gado a pé; a seguir a carne salgada e, ulteriormente, além de novas formas de carne industrializada, vários subprodutos a até mesmo (em outra linha evolutiva) queijos e outros produtos de laticínios. Provinda de tantas defesas e dotada de tal versatilidade, a pecuária era, pois, relativamente invulnerável.

A expansão dessa atividade resultaria em uma progressiva ocupação do seu *hirteland*, estimulando o aumento da ocupação e as transações comerciais através do Rio Grajaú e Rio Mearim até São Luís. Essa comercialização atrairia pessoas em busca de novas terras para a atividade pastoril e/ou para se esconder da polícia ou de perseguições políticas (Carvalho, 1924). Externamente, a distribuição do gado para Salvador (BA), maior mercado consumidor, era feita a pé, o que, devido ao longo percurso, promovia a perda de peso do gado. Utilizando-se do rio Parnaíba, os animais passaram a ser distribuídos para Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís. Já em 1770, alguns comerciantes passaram a comprar gado no sertão e transformá-lo em grande parte em carne-seca e peles, que seriam remetidas a São Luís e a outros centros consumidores. Tem-se, portanto, a criação das primeiras charqueadas (Andrade, 1995; Prado Jr, 2011).

Se a carne do gado abastecia o mercado interno, seus derivados, desde a segunda metade do século XVIII, eram deslocados à exportação. Em 1760-1767, o número de peles que saíram do porto de São Luis subiu de 21.810 peles para 31.625 (Lima, 2006; Viveiros, 1954). No final do século XVIII, o comércio exterior do estado era quase totalmente voltado para exportações de matéria-prima. Assim em 1795, o valor das exportações chega a atingir 600% a mais que as importações (Viveiros, 1954).

Verificou-se, portanto, que, no sul do Maranhão, se formou uma estrutura econômica e social apoiada em forças produtivas ligada à pecuária e às relações de produção, apoiadas num conjunto de renda trabalho e renda produto. Essa atividade também foi responsável pelo surgimento de freguesias, vilas e pequenas cidades, e pela expansão dos fluxos comerciais internos e externos.

FAZENDAS, PEQUENA PRODUÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE NA GÊNESE DO MUNICÍPIO DE BALSAS

A gênese do município de Balsas incorpora-se, internamente, a essa conjuntura da expansão do mercado interno da carne, demandada, fundamentalmente, da Bahia, da exportação de couro e seus derivados, e no comércio da via de acumulação do vale do rio Grajaú e do rio Balsas⁷. No final do século XIX, havia grandes propriedades de terra na margem direita do rio Balsas, pertencentes aos grandes fazendeiros de Riachão – família Coelho e do Coronel Daniel Alves do Rêgo –, fazendas como: São José, Santa Isabel, Flor do Dia (depois chamada de Testa Branca), Castelo, Brejo Grande e muitas outras. Os proprietários de fazendas

⁷ É o mais importante afluente do rio Parnaíba, pela margem esquerda, e sua extensão total é de aproximadamente 525 quilômetros. Nasce no ponto de encontro da chapada das Mangabeiras com a Serra do Penitente, em altitude superior a 700 metros, no estado do Maranhão. Ver também as características gerais (geomorfológicas, climatológicas e hidrológicas) da formação socioespacial do sul maranhense em Ab'Saber (1960) e Galvão (1955).

de gado chamaram o lugar de Arraial da Vila Nova.

Ruas e caminhos eram feitos, empórios comerciais multiplicavam-se, e os sertanejos do sul do Maranhão e do norte de Goiás transferiam as suas compras, atraídos pela facilidade do comércio do sal, arroz e de outros tipos de produtos. Em maio de 1879, passando por mudanças nos seus padrões espaciais, o Arraial de Vila Nova possuía duas ruas: o largo da praçinha, onde se edificou a igreja Santo Antônio, e a outra rua que acomodava novos habitantes, algumas famílias cearenses tangidas pelo flagelo da seca de 1877 (Barbosa, 1959). O lugar é elevado à categoria de Vila em sete de setembro de 1892, com o nome de Santo Antônio de Balsas, e passa à categoria de cidade por meio do Projeto de Lei 775, de 22 de março de 1918, recebendo a denominação de Balsas (Sandri & Bau, 2008; Mota, 2011; Dutra, 2012).

O Porto das Caraíbas era via indispensável de fazendeiros, vaqueiros e viajantes para articulação entre a produção, o abastecimento e a comunicação entre essas fazendas. A área servia de referência para todas as embarcações, na sua maioria feitas de buritis (palmácea típica da região), as quais receberam o nome de balsas (Coelho Neto, 1979). Em pouco tempo, o porto torna-se um entreposto comercial, onde desciam e subiam mercadores, que, dentro das balsas, negociavam seus produtos com povoados mais remotos entre o rio Balsas e o rio Parnaíba. Essas tênues relações comerciais atraíram um pequeno contingente populacional que se fixou no meio dos latifúndios pecuaristas extensivos (Barbosa, 1959; Coelho Neto, 1979), dando origem a pequenas propriedades com criações e plantações de produtos destinados à subsistência familiar. Trata-se do complexo rural disseminado na economia brasileira, como explica Rangel (2005, p. 172):

[...] entregues a si mesmos os escravos e os outros trabalhadores livres e semi-livres da fazenda buscaram reconstruir sua primitiva auto suficiência familiar. Para isso não careciam de outra coisa senão um pedaço de terra para lavrar, porque o novo complexo rural que se desenvolvia no nível da família tinha que se assentar sobre a exploração permanente de um trato de terra, tal como o antigo.

Esses pequenos produtores fabricavam seus próprios instrumentos e utensílios artesanais de trabalho derivados do couro em geral, redes que geralmente eram feitas de algodão e fabricadas em tear local (Dutra, 2012), desenvolviam uma produção, como animais de pequeno porte – aves, porcos, caprinos, entre outros; e feijão, mandioca, arroz, e compartilhavam instrumentos e equipamentos de produção de forma comunitária (Coelho Neto, 1979; Barbosa, 1959).

Um dos pequenos agricultores, José Pedro, trocava seus excedentes (peles de animais silvestres, couro de boi espichado, carnes secas e cereais, principalmente arroz) por produtos trazidos do comércio de Teresina (PI), (fumo, sal, estivas, remédios, querosene, etc.) pelo pequeno produtor e comerciante baiano Antônio Ferreira Jacobina (Coelho Neto, 1979; Barbosa, 1959). Chegavam famílias com seus agregados e ex-agregados dos grandes proprietários para fixarem residência, devido à disponibilidade de terras e ao comércio local, cujos produtos eram levados às cidades de Carolina (MA), Floriano (PI) e Teresina (PI), e às características físicas e biológicas do rio Balsas.

Assim, Antônio Ferreira Jacobina montou, na sua propriedade, a primeira casa de comércio (quitanda), com ajuda dos filhos e de dois empregados, na qual vendia cachaça, rapadura, farinha de mandioca, milho e outros artigos e utensílios de couro de necessidade primária para os viajantes e pequenos agricultores (Barbosa, 1959). Com o passar do tempo, os pequenos produtores construíram paióis de palha e madeira para a armazenagem do arroz, do feijão e da farinha para o consumo durante o ano. A cana-de-açúcar era utilizada para fabricação de rapadura e de açúcar.

Lembramos aqui a classificação dada por Rangel (2005), quando fala das economias não capitalistas: no primeiro caso, como na unidade produtiva de José Pedro, é “a zona natural da economia” (Rangel, 2005), ou seja, são indissociáveis as funções de produção e consumo. Em algumas unidades de produção, e como a maioria da população está organizada em unidades muito simplórias,

as relações entre as indústrias podem ser resolvidas por meio de uma alteração no modo de distribuição do tempo de trabalho no interior da própria unidade. Já no segundo caso, na unidade de Antônio Ferreira Jacobina, por natureza ou por tecnologia primitiva, suas relações são interindustriais. Nesse caso existe uma tênue divisão social do trabalho no interior da organização produtiva e da unidade mercantil⁸. Em ambos os casos, estamos diante de uma pequena produção natural e mercantil, que, ao se inserir gradativamente ao mercado, especializa-se e diferencia-se.

O pioneirismo de José Pedro e Antônio Ferreira Jacobina entre outros foi aumentando substancialmente o fluxo das viagens de subida e descida do rio Balsas; desse modo, fez-se necessário um maior número de embarcações para atender à demanda da produção para a circulação comercial no porto de Balsas. Para o desenvolvimento de uma formação socioespacial e para uma acumulação de capital, os meios de transporte são indispensáveis, visto que o desenvolvimento exige movimentação (circulação física) de produtos e homens, instrumentos e matéria-prima, comunicação e informação.

Com isso, o comerciante Sargento Alencar, negociador de peles e de animais de tração na região, construiu, com buritis uma balsa de maior capacidade, que serviu para transportar tanto a produção quanto os passageiros até o comércio de Floriano (PI) e Teresina (PI)⁹.]

⁸ A divisão do trabalho é a condição motriz para o desenvolvimento de uma determinada formação socioespacial, porque oferece à sociedade condições para aumentar seu domínio sobre a natureza, para obter recursos e meios para satisfação de suas necessidades.

⁹ Essas viagens demoravam, em média, de quinze a vinte dias, dependendo do período chuvoso, pois se o rio estivesse cheio, a viagem seria menos longa. As balsas serviram por muito tempo como meio de transporte para as famílias balsenses, estudantes, pessoas doentes e de mercadorias como: cereais, coco babaçu, couro de boi, porcos, arroz, frutas e peles de animais silvestres. Essas balsas eram construídas de talos de buritis com o comprimento de 20 metros e cobertas com palha de coco babaçu, e eram conduzidas por toda extensão dos rios desviando dos obstáculos (galhos e troncos de madeiras). As alimentações dos passageiros eram cozidas em panelas de ferro e em fogão trempe, que consistia em três pedras grandes, abastecido à lenha. À noite eram estendidas redes (Dutra, 2012).

As forças produtivas e a ampliação das relações comerciais locais e regionais fizeram pressão e geraram demanda na navegação fluvial. Com isso, em 1905, o governo estadual autorizou a concessão dos serviços¹⁰ para a construção de uma hidrovía entre o Porto de Flores, no rio Parnaíba, e o Porto Caraíba, no rio Balsas, à empresa Oliveira, Pearce e Cia., com direção do Coronel Pedro Tomás de Oliveira. A partir disso, a exploração da navegação a vapor, inaugurada em 11 de julho 1911, fez a ligação entre Balsas e os centros urbanos do Maranhão e do Piauí (Miranda, 2011), o que consolidou a navegação no rio Balsas, tornando-o uma via de acumulação.

Com o aumento da produção e o comércio do rio Parnaíba, na altura da cidade de Parnaíba, com relações mais dinâmicas, surgiu a Casa Marc Jacob, que emprestava dinheiro e financiava produtores de sal¹¹ e demais comerciantes de Balsas, a juros e prazos médios. Os comerciantes balsenses Mário Coelho – que viria fundar a firma comercial Coelho & Irmãos – e Rosendo Pires Rego fizeram um empréstimo e adquiriram um caminhão para facilitar a viagem até Riachão. Dezesseis léguas era a distância entre os dois lugares; mesmo em condições precárias da estrada, eles faziam o percurso – que antes durava dias – em menos de sete horas. Isso facilitou o escoamento da produção. As balsas traziam a produção das fazendas e das pequenas propriedades até o porto, de onde era transportada de caminhão até mercados consumidores – Riachão (MA), Carolina (MA).

¹⁰ As concessões de serviços de utilidade pública – eletricidade, gás, telefones, transportes urbanos, esgotos, transportes ferroviários e marítimos – no Brasil já assumiram algumas formas institucionais. Na época, assim como pelo país adentro, esses serviços eram concedidos a empresas privadas estrangeiras. Em 1952, a empresa Oliveira, Pearce e Cia. deixou de operar na região.

¹¹ O comércio de sal era extremamente lucrativo. Produzido na região do vale do Munin nas atuais cidades de Humberto de Campos e Primeira Cruz, uma saca de sal pesando 40 kg no litoral maranhense, em 1910, custava 2\$000. As imensas dificuldades de transporte faziam com que ao chegar ao sertão seu preço atingisse níveis estratosféricos. No sul do Maranhão, seu preço alcançava entre 24\$000 e 40\$000 (Pachêco Filho, 2011).

Essa movimentação da produção e do comércio motivou a presença de sírios e libaneses vindos de São Luís (MA). Diferentemente dos imigrantes europeus do sul-sudeste do país, eles não formavam colônias ou grupos homogêneos fechados, geralmente se casavam com as filhas das famílias mais ricas e aumentavam o seu patrimônio. Os pioneiros, José e Elias Kury, formaram famílias com Coelhos e Regos¹²

Com relações comerciais mais avançadas, os Kurys montaram, junto com o italiano Dante Galassi, a primeira charqueada, por volta de 1932, cuja capacidade de abater era de cinquenta cabeças por dia, explorando a criação de gado na região. Isso forçou o governo estadual a ceder vantagens e isenções por cinco anos para a charqueada, como também a fazer a exportação do gado abatido e seus derivados –charques, sebos, tripa salgada, mortadelas, chifres, etc., por decreto. Além disso, foi construído um depósito para armazenamento de couro, que, depois de beneficiado, seria exportado via fluvial (Coelho Neto, 1979).

Assim, a composição de classes sociais dessa região, de maneira genérica, à luz de La Blache (2001; 2012) era: (i) os produtores diretos¹³, sendo aqueles que trabalham na terra – agricultores, servos/camponeses, vaqueiros, ex-escravos e pequenos comerciantes; (ii) os proprietários de terras, grandes comerciantes – aqueles que detinham o poder/monopólio sobre a terra – senhores feudais, latifundiários e elite real no campo.

¹² O poder econômico e político sempre gravitou em torno dessas famílias. Nesse aspecto em poucas ocasiões o poder municipal esteve fora do controle delas. E um representante dos Coelhos foi Governador do Maranhão.

¹³ “Sabemos que não constituem capitais os meios de produção e de subsistência, de propriedade do produtor direto. Só se torna capital em condições na qual sirva também de meios para explorar e dominar o trabalhador” (Marx, 2011a, p. 288). Na literatura sobre o Maranhão em geral, é comum essa confusão, pois acreditam que a simples propriedade individual e o trabalho por conta própria caracterizam relações de produção capitalista. É impossível o modo de produção gerido pelo capital onde há acumulação para o trabalhador proprietário. A propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção serve de base à pequena indústria. Sem dúvida, encontramos essa pequena indústria nos sistemas, tanto escravidão quanto servidão. A intensão dos produtores diretos não é a geração de valor, mas, em última análise, é a manutenção da propriedade individual e a subsistência de sua família (Marx, 2011b).

A CADEIA PRODUTIVA DA SOJA E A NOVA DINÂMICA GEOECONÔMICA DE BALSAS

No final dos anos de 1930, o comércio do porto de Balsas foi perdendo influência para a cidade de Carolina (MA) e, por causa da rota para Belém, todo o comércio do norte foi desviado de Goiás para a região de Marabá e outras cidades do baixo Tocantins. Além do mais, a mão de obra ficou escassa com a descoberta das minas de diamantes no norte de Goiás, o que levou muitas famílias de Balsas a se deslocarem por terra. A navegação a vapor praticamente desapareceu, em virtude dos encargos sociais da capitania dos portos de Parnaíba, da falta de cargas, da abertura de estrada e da facilidade de compra de caminhões importados dos Estados Unidos.

Apesar desse declínio comercial e demográfico, os remanescentes mantiveram a criação – especialmente nas áreas de chapada – e o comércio de gado bovino com o Ceará¹⁴. A atividade pecuária viveu uma fase de retração em consequência, principalmente, do baixo nível tecnológico da criação extensiva. Contudo, os migrantes nordestinos, fugindo das secas, tornaram-se posseiros nas terras abandonadas, áreas unidas do vale do rio Balsas, e passaram a produzir arroz, farinha de mandioca, feijão, óleo de babaçu, milho, entre outros produtos.

Na esteira desse processo de industrialização brasileira, mais precisamente em Balsas (MA), no final da década de 1960, forjam-se iniciativas por parte do

¹⁴ Nas áreas de Chapada, o solo não era propício para o desenvolvimento de uma agricultura tradicional. Essas áreas eram utilizadas para a criação de gado, suínos e equinos. Os animais pastavam naturalmente pelas chapadas, que periodicamente eram queimadas para que a vegetação ficasse ideal para a alimentação dos rebanhos. O couro era curtido e comercializado para fazer sapatos e utensílios. O leite de coco da chapada era utilizado na comida e para produção de azeite e/ou gordura. O processo começava com a extração da amêndoa, assando as amêndoas em forno feito no chão, pilando as amêndoas assadas e fazendo o refinamento do azeite. Essa técnica elementar também era adotada para a produção do óleo de coco babaçu, abundante no leste maranhense. Já o Pequi, era usado para fabricar sabão artesanal. Do buriti, tirava-se, também, o azeite, e o suco de buriti era uma importante fonte de alimento, principalmente para a quebra do desjejum e era medicinal, para mordida de escorpião, cobra, etc. (Cunha, 2015, p. 122).

estado, como crédito, controle e aprimoramento da produção com o pretexto de preços acessíveis para alimentação do mercado interno, sobretudo alimentos considerados básicos, como arroz, carne, etc. Assim sendo, a formação socioespacial do sul maranhense especializa-se no arroz, que se torna o produto mais produzido, e toda a produção é escoada para Anápolis pela recém-inaugurada Belém-Brasília (Valverde, 1963; Maluf, 1977).

A acumulação de capital, por parte dos fazendeiros – que eram os maiores comerciantes –, gerou um capital ocioso que esperava por novas oportunidades de investimentos. Esses fazendeiros-comerciantes detinham privilégios oligopólicos sobre os produtos, surgindo condições favoráveis para criação de usinas de arroz e inversões na constituição de fazendas de soja.

A expansão das fazendas de soja contou ainda com os investimentos realizados pelos migrantes do sul do país. No começo dos anos 1970, iniciam-se as “escadas das chapadas”¹⁵, no sul do Maranhão, pelos imigrantes originários do sul do Brasil que se fixaram nos platôs planos dos gerais de Balsas. Esses migrantes sulinos eram descendentes de imigrantes europeus que viviam, parte significativa deles, nas áreas da Serra Gaúcha. Esses migrantes eram donos de 25 hectares (em média) e contavam, quase exclusivamente, com o seu próprio trabalho e o de sua numerosa família. Com a abertura do complexo rural, eles vieram (i) atrás de terras para todos os membros das famílias;¹⁶ e (ii) crédito subsidiado pelo Estado para a modernização das atividades agropecuárias tradicionais (arroz) e para a produção de culturas modernas (soja).

¹⁵ Um dos determinantes dessas escaladas nas chapadas e em outras áreas do estado, como a ocupação das terras próximas ao longo da BR-316, deram origem a vários municípios, foi a Lei 2.979, de julho de 1969 – a chamada Lei de Terras Sarney – que permitiu a alienação de um milhão de hectares, surgindo, como consequência, grandes propriedades, inclusive produtoras de soja. Entretanto, a literatura circulante não observa o caráter progressista no desenvolvimento do Maranhão, classificando-o como “nefasto”, “tragédia”, “holocausto” e etc. Não percebem que foi uma medida para reafirmar o pacto de poder feito por Getúlio Vargas na revolução burguesa de 1930.

¹⁶ Informações retiradas de entrevista realizada com Antídio Sandri, um dos pioneiros e proprietário das Fazendas Reunidas em Balsas (MA), em outubro de 2014 e março de 2017.

Os pioneiros¹⁷ trouxeram novas estratégias produtivas e econômicas, e representaram um novo modal de aproveitamento do solo, principalmente nas chapadas, áreas subaproveitadas pelos fazendeiros de gado e pelos pequenos agricultores balsenses. Um desses pioneiros a se fixar foi Leonardus Philipsen, migrante holandês¹⁸, que chegou a São Paulo em 1949 e migrou para o Rio Grande Sul em 1956; em 1974, chegou a Balsas (MA) em busca de terra. Obteve um financiamento (3.800.000,00 de cruzeiros, com doze anos de prazo, quatro anos de carência e juros de 1% a.a, sem correção monetária) no Banco do Brasil de Uruçuí, no Piauí. Com o dinheiro liberado, Philipsen comprou dois tratores, esteiras, dois caminhões, uma colheitadeira e os demais implementos agrícolas para o cultivo de arroz, setecentas cabeças de gado e tinha uma criação de porcos pretos, incomuns nas chapadas¹⁹.

Em 1977, Philipsen realizou a primeira plantação de soja do estado do Maranhão. Foram plantados 32 hectares com produção de 55 toneladas, sendo enviadas para São Luís (MA), Fortaleza (CE), em sacas, onde eram esmagadas, aproveitando os antigos moedores de coco babaçu. A colheita de soja não foi boa, porque as sementes oriundas do Rio Grande do Sul não eram adequadas para o Cerrado²⁰. No ano de 1978, o senhor Philipsen adquiriu a Fazenda Vargem Limpa (6.000 ha), do então fazendeiro/comerciante Eloy

¹⁷ Pioneiros no sentido de Monbeig (1984) e Mamigonian (1965).

¹⁸ Mamigonian (2005), em seus estudos sobre a dinâmica do processo de industrialização do Brasil, afirma que esses imigrantes, quando chegaram ao país eram “capitalistas sem capitais”, gente de origem modesta, imigrantes europeus sobretudo, com ou sem experiências industrial anterior e com relações mais desenvolvidas nas esferas da produção e circulação.

¹⁹ Informações extraídas de entrevista realizada com Anthonius Philipsen, filho do pioneiro Leonardus Philipsen, em Balsas (MA), em outubro de 2014 e março de 2017.

²⁰ Na agricultura moderna há – para cada tipo de solo, de cultura, de plantas, de animais – espécies de fertilizantes, sementes, implementos, máquinas, etc. A ciência foi fundamental no desenvolvimento da agropecuária. Descobriu as pragas que atacam as plantas e animais, e, também, a resistência das culturas perante cada tipo de terreno. Ver mais detalhes em Kautsky (1980), onde ele trata do avanço da ciência na agricultura.

Coelho Netto²¹, que ficava a 45 km da sede municipal de Balsas (MA), mas era necessário preparar a terra e descobrir sementes apropriadas para as características edafoclimáticas do Maranhão²².

A partir de 1990, grandes empresas de capitais nacionais (SLC, ABC) e multinacionais (Bunge, Cargill, Louis Dreyfus e Multigrain), com inovações tecnológicas, mecanização e utilização de insumos modernos (fertilizantes, adubos e corretivos de solo), além de estratégias de competitividade empresarial, políticas industriais, instalaram-se no sul do Maranhão e foram as responsáveis pelo avanço da produção e da produtividade. O crescimento da produção foi de 55 toneladas, em 1978, para 2,4 milhões de toneladas, na safra de 2016. Balsas, em 2015, foi responsável por 38% da produção de soja no estado do Maranhão (IBGE, 2018a).

Ademais, as unidades produtoras estão articuladas com grandes capitais internacionais e nacionais, formando um oligopólio-oligopsônio. Essas empresas têm capacidade de armazenagem de 10 a 50 mil toneladas em silos próprios ou alugados, com dezoito empresas especializadas no transporte de grãos, sementes, etc., em um sistema multimodal, levando a produção de caminhão até a estação captadora de grãos no município de Porto Franco. De Porto Franco, a produção segue pela Ferrovia Norte-Sul até a cidade de Açailândia, de lá se conecta à

²¹ Eloy Coelho Netto herdou de seu pai, Edísio Silva, fazendeiro/comerciante/usineiro de arroz e prefeito de Balsas, vinte fazendas de gado com área média de 10 mil hectares cada uma. As fazendas foram vendidas e convertidas em fazendas de soja; é o caso da Vargem Limpa comprada por Leonardus Philipsen. As demais foram compradas por migrantes sulinos, entre eles, Marcos Paulo Wonmer e Euclides De Carli, e por grandes empresas, principalmente a partir dos anos 1990 (Cunha, 2015).

²² Informações extraídas de entrevista realizada com Anthonius Philipsen, filho do pioneiro Leonardus Philipsen em Balsas (MA), em outubro de 2014 e março de 2017. A primeira semente de soja, adaptada ao cerrado maranhense foi desenvolvida com ajuda do pesquisador da Embrapa, Irineu Alcides Bays. Uma unidade foi instalada, em 1986, onde a centralidade da atividade foi o melhoramento de sementes. A abrangência dessa unidade da Embrapa se estende pelos estados do Piauí (sul) e Tocantins (nordeste), nas zonas consideradas de influência da expansão da soja sobre os Cerrados da região. O resultado prático mais palpável do trabalho dessa unidade da Embrapa foi a geração/adaptação de 36 sementes de soja específicas para a região.

Estrada de Ferro Carajás até o Porto do Itaqui em São Luís, de onde é levada para o mercado internacional, principalmente para a Ásia.

Outras empresas fazem as atividades complementares²³ de insumos agrícolas (Bunge Fertilizantes, de São Luís (MA), Fertipar Fertilizantes, do Maranhão, Yara, em Imperatriz (MA) e Heringer), de máquinas agrícolas (John Deere, Massey Ferguson), de biotecnologia e genética (Embrapa, Monsanto, SP Sementes, Nidera Semente). Os efeitos multiplicativos apresentam-se, do mesmo modo, nas empresas exportadoras e importadoras, nas estruturas de intermediação, nas corretoras, nas assessorias de gestão financeira, nas consultorias de agromercados e contábeis, nas empresas de monitoramento de processos e produtos, nos serviços de engenharia, entre outras atividades. Em Balsas (MA), com a dinâmica da soja, surgiu a maior rede de supermercado do Nordeste, exclusivamente de capital endógeno, os supermercados Mateus.

Em termos gerais, pode-se afirmar que atualmente existe uma diferenciação entre as empresas produtoras de soja: (i) as empresas fundadas pelos pioneiros, fundamentalmente gerenciada pela família. Nesse grupo de até 3.000 hectares em média, o número de hectares por funcionário, em mediana, está no patamar de 65. No grupo de empresas agrícolas de origem recente, que possuem, em média, dez mil hectares²⁴ em diversas unidades de campo, há aproximadamente um funcionário para cada cem hectares.

Essa diferenciação manifesta-se ainda em outros aspectos. Nas empresas de origem recente, são praticamente nulas as terceirizações, pois as empresas agrícolas

²³ Informações extraídas de entrevista realizada com Valdir Zaltron, presidente do Sindicado dos Produtores Rurais de Balsas (MA), em outubro de 2014 e março de 2017.

²⁴ Segundo Lenin (1982), a extensão da área está longe de indicar sempre e de uma forma direta a grandeza efetiva da exploração e seu caráter capitalista. De acordo com o autor, é o trabalho assalariado o indicador mais representativo do capitalismo na agricultura. E, em consequência, o crescimento do emprego de mão de obra assalariada acirra a contradição de classe. Ver Cunha & Espíndola (2015) acerca da estrutura produtiva moderna dessas empresas.

possuem departamentos de planejamento, contabilidade e tributação e de agricultura de precisão, além de terem o menor número de trabalhadores permanentes e um maior número de trabalhadores temporários, por causa da mais alta mecanização e das maiores áreas de cultivo. As empresas fundadas por pioneiros possuem maior número de trabalhadores permanentes e menor número de contratados, pois a taxa de mecanização acontece em menor escala (menor número de máquinas e equipamentos de menor porte) e há significativas terceirizações, dado que as empresas agrícolas não possuem departamentos de planejamento, contabilidade e tributação e de agricultura de precisão (Cunha & Espíndola, 2017).

A partir da década de 1990, com a consolidação da cadeia produtiva da soja, houve transformações econômicas e sociais nítidas na região sul do estado. Dessa forma, no período entre 2002 e 2015, o PIB do estado do Maranhão cresceu 326,5%, passando da casa dos R\$ 18,4 bilhões para R\$ 78,4 bilhões. O crescimento, entre 2002 (R\$ 385 milhões) e 2015 (R\$ 2,6 bilhões), do PIB de Balsas, a preços correntes, aumentou 6,8 vezes. No mesmo período, a taxa de crescimento do PIB do município de Balsas passou de 29,23%, em 2002, para 43,2%, em 2008, e, em 2015, alcançou 30,88% (IBGE, 2018). Atualmente o PIB de Balsas encontra-se na terceira posição no estado do Maranhão.

Na dinâmica setorial da economia de Balsas, o ramo de comércio e serviços representava 59,5% em 2002 e, em 2015, caiu para 50,5%; entretanto, em preços correntes houve aumento de 4,9 vezes. Em 2002, o setor participava com R\$ 248,2 milhões e, em 2015, R\$ 1,2 bilhão. A agropecuária representava 23,09% (R\$ 96,2 milhões), do PIB, em 2002, e passou para 30,8% (R\$ 731,1 milhões), em 2015. Esse dinamismo também se repete no setor da indústria. Em 2002, apresentava um índice de 8,38% do PIB, que, em valores correntes, significava R\$ 34,9 milhões. Esse mesmo índice, em 2015, atingiu a marca de 8,78%, que foram auferidos em R\$ 209,3 milhões.

O dinamismo econômico teve impacto direto na geração de empregos. Entre

2006 e 2015, a geração de emprego formal no município de Balsas cresceu de 8.866 para 16.066, no acumulado cresceu quase 100% (IBGE, 2018b). A população ocupada, no mesmo período, aumentou cerca de 100%, saiu de 10.079 para 18.152 pessoas empregadas. A maioria dos empregos criados foram absorvidos pelo setor de comércio e serviços (61,5%), seguido pelo ramo da agropecuária (26,1%) e pela indústria (11,3%) (IBGE, 2018b). Assim sendo, uma mudança significativa ocorreu na massa salarial; entre 2006 (R\$ 77,6 milhões) e 2015 (R\$ 340,9 milhões), houve um aumento absoluto de R\$ 263,3 milhões, com nível salarial médio de R\$ 1.576,1 (IBGE, 2018b). Isso foi possibilitado pelo crescimento de empresas no município. Em 2006, eram 1.436 unidades ativas; em 2015, esse número passou para 2.119 unidades (IBGE, 2018b).

Por fim, esse desempenho econômico também teve impacto direto na dinâmica populacional do estado e na estrutura urbano-regional do município de Balsas. Do ponto de vista populacional, a população do estado do Maranhão é de 6,5 milhões de pessoas, e apenas, 63,07% delas se concentram nas áreas urbanas, sendo a menor taxa de urbanização do país. Em termos evolutivos, a população do estado passou de 5,6 milhões de habitantes, em 2000, para 6.574.789 habitantes, em 2010, ou seja, em apenas dez anos a população do estado aumentou em um milhão de pessoas (IBGE, 2018b). Em Balsas, em 1991, a população era de 41,6 mil habitantes, em 2003, passou para 60,1 mil e, em 2010, atingiu 83.528 habitantes, em trinta anos, a população cresceu mais de 100% (IBGE, 2018b)²⁵. A taxa de urbanização passou de 73,55%, em 1991, para 87,12%, em 2010²⁶.

²⁵ Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 4,17%. O estado do Maranhão, esta taxa foi de 1,53%, enquanto o país foi de 1,63%, no mesmo período. Entre 2000 e 2010, a população de Balsas cresceu a uma taxa média anual de 3,34%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período (Ibge, 2018b).

²⁶ Essa alta taxa de urbanização em Balsas, derivada da dinâmica econômica do país, do Maranhão e da região sul do estado, proporcional significativo aumento em vários indicadores econômicos e sociais. Por exemplo, a frota de veículos saiu de 8.181 unidades, em 2005, para 48.452, em 2015 (Ibge, 2018b). Entretanto, está ocorrendo impactos sociais e ambientais, entre eles: (i) crescente periferização e crescente desordenamento urbano da cidade; (ii) poluição sonora e visual; (iii) problemas com infraestrutura e mobilidade urbana; (iv) desabastecimento de águas e coleta de lixo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de decifrar o processo de ocupação no Sul do estado do Maranhão e identificar a estrutura econômica e social que se formou e ajudou na construção da cidade²⁷ de Balsas, considerando, a visão lablachiana de região, sobretudo o gênero de vida praticado pelos habitantes e a circulação tanto de pessoas como capitais, mercadorias, matéria-prima, informações, comunicações, e com respaldo em dados primários e secundários de várias fontes oficiais e idôneas, permite-se chegar a algumas sínteses e conclusões.

No sul do Maranhão, houve uma ocupação caracterizada por relações feudais (assentada em relações de renda trabalho e renda produto) e uma pecuária extensiva que, de fazenda em fazenda, foi ocupando todo o sertão maranhense. Em Balsas (MA), os pecuaristas, que eram também os comerciantes, viraram usineiros de arroz. A partir de 1970, os migrantes sulinos subiram as chapadas do Cerrado atrás de terra barata e de incentivos, e começaram a agricultura moderna do arroz e depois da soja. As primeiras sementes, oriundas do Sul do Brasil, não eram adaptadas para o Cerrado. Na primeira safra de soja, foram utilizados 32 hectares com produção de 55 toneladas, sendo comercializadas com São Luís (MA) e Fortaleza (CE).

As combinações naturais, econômicas, políticas e culturais geraram, historicamente, as condições propícias para o desenvolvimento da cadeia produtiva da soja no Sul do Maranhão, transformando Balsas (MA) em polo regional. Surgiram atividades chamadas de “fora-da-porteira da fazenda”, ou seja, antes da porteira e depois da porteira. São os fornecedores de insumos, as indústrias

²⁷ Conforme Mercier (2009, p. 19-20), é “nas cidades, a vida de um povo se focaliza, se densifica e se acelera não somente porque nela a vida é mais rica ou mais eficaz, mas também porque nas cidades a vida concentra sua própria essência, erguendo testemunhos duráveis que ela transmite à posteridade. As cidades valorizam o que a vida tem de maior, melhor e mais particular. Quer se trate de ciência, arte, comércio, riqueza ou ambição, elas reúnem as maiores realizações da cultura humana. Elas sempre atuaram assim, de modo que a história das grandes cidades encarna a história do mundo”.

de beneficiamento, as estruturas de comercialização, os consumidores finais e as estruturas de apoio à produção, assistência técnica, revendedoras de máquinas, unidades de comercialização atacadista e varejista, etc. Nessa concepção, a cadeia produtiva da soja é composta por atividades que são interdependentes no que tange à circulação de capitais, materiais e de informações.

Os avanços na estrutura urbano-regional dos setores agropecuário, industriais, comerciais e de serviços possibilitaram uma nova dinâmica econômica, populacional recente. Cabe lembrar que uma formação socioespacial concreta não se reduz, simplesmente, à homogenia de suas próprias forças produtivas nem as suas próprias relações sociais de produção dominantes. As diferentes formas de produção e reprodução (material, política, natural, jurídica) não caminham concomitantemente, cada uma tem seu passo, seu ritmo. Cada uma sua temporalidade no mesmo espaço. E essas formas de produção juntamente com as relações que produzem combinam-se com outras forças produtivas e relações de produção derivadas, transpostas de outras formações socioespaciais.

Por derradeiro, uma sociedade determinada não tem funções permanentes, nem um nível das forças produtivas e das relações de produção e de propriedade são imutáveis. Interagem e evolui no processo histórico. Da pecuária ao desenvolvimento da cadeia produtiva da soja no sul do Maranhão e a formação da cidade de Balsas são assimiláveis à marcha da natureza e do seu processo histórico. A interação entre o novo e o velho, com domínio do primeiro. Mas, esse poder de dominação do novo não se realiza completamente. Entrementes, vale lembrar que não podemos cair em determinismos específicos, pois não existe vocação. Cada momento histórico dentro de uma formação socioespacial tem uma significação particular. E como demonstrado, as categorias La blachianas de região não foram desconsideradas pelos fatos históricos e empíricos do município de Balsas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. de. (1982). **Capítulos de história colonial e Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília, editora UNB.
- AB' SABER, A. (1960) Contribuição à geomorfologia do estado do Maranhão. In: **Notícia Geomorfológica**, Campinas, v. 3, n. 5, p. 35-45.
- ANDRADE, Manuel C. **Nordeste. Espaço e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ANDRADE, M. de P.; SOUZA FILHO, B. (Org.). (2008). **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luis: Edufma.
- BARBOSA, T. (1959). Subsídios para história da cidade de Balsas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, São Luís, IHGMA.
- BRASIL. (2018). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<http://agrostat.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- CARDOSO, C. (1947). **Pastos Bons**. Rio de Janeiro: IBGE. (Série Municípios Maranhenses).
- CARNEIRO, M. S. et al. (2007). A **'modernização' da agricultura no Sul Maranhense: um balanço 30 anos depois**. 2007. São Luís: Edufma.
- CARVALHO, C. (1924). **O Sertão**. Rio de Janeiro: Obras Científicas e Literárias.
- CASTRO, A. B. de. (1980). **7 ensaios sobre a economia brasileira**. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- COELHO NETTO, E. (1979). **História do Sul do Maranhão**. São Luís: Editora São Vicente.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. (2018). **Séries históricas de produção de grãos**. Brasília. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

- CUNHA, R. C. C. (2015). **Gênese e dinâmica da cadeia produtiva da soja no Sul do Maranhão**. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado)– Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.
- CUNHA, R. C. C.; ESPÍNDOLA, C. J. (2015). A geoeconomia da produção de soja no sul do Maranhão: características sociais e territoriais. **Revista da ANPEGE**, São Paulo, ANPEGE, n. 16, v. 11, p. 37-65, jul./dez.
- CUNHA, R. C. C.; ESPÍNDOLA, C. J. (2015). Agricultura no Maranhão: uma leitura a partir de Lênin. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 148, p. 43-48, jun./jul.
- DUTRA, J. A. A. (2012). **Tecnologia da informação e desenvolvimento agrícola regional**: estudo de caso no município de Balsas – MA. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)- Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul.
- ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. (2015). A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva de soja no Brasil e no Mundo. **Geotextos**, v. 11, n. 1, p. 217-238, Salvador, UFBA.
- GALVÃO, R. (1955). Introdução do conhecimento da área maranhense abrangida pelo plano de valorização econômica da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 3, p. 239-297, jul./set.
- GIL, A. C. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018a). **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. . (2018b). **Cidades**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- INTROVINI, G. R. (2010). **Semeando à linha do Equador**. Balsas.
- KAUTSKY, K. (1980). **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. Os Gêneros de Vida na Geografia Humana. Primeiro

- Artigo. In: HAESBAERT, R. et al. (Org.). (2012). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 131-158.
- LA BLACHE, P. V. de. (2001). O princípio da geografia geral. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6.
- LÊNIN, V. (1982). **Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. Editora Abril. Rio de Janeiro.
- LIMA, C. (2006). **História do Maranhão**. São Luís: Instituto Géia.
- LIRA, L. A. de. (2013). **O mediterrâneo de Vidal de La Blache: o primeiro esboço do método geográfico (1872-1918)**. São Paulo: Alameda-Fapesp, 321p.
- MALUF, R. S. J. (1977). **A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão. 1977**. Dissertação (Mestrado em Economia)- Instituto de Economia, Unicamp, Campinas.
- MAMIGONIAN, A. (2005). **Estudos de geografia econômica e história do pensamento geográfico**. Tese (tese de Livre docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- _____. (1965). Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 27, n. 3, p. 387-481. Rio de Janeiro, jul./set.
- MARX, K. (2011a). **O Capital. Crítica da economia política**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. l. 1, v. 3.
- MARX, K. (2011b). **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo.
- MERCIER, G. (2009). A região e o estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 7-36.
- MIRANDA, R. S. (2011). **Ecologia política da soja e processos de territorialização no sul do Maranhão**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

- MONBEIG, P. (1984). **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trads: Ary França e Raul de Andrade e Silva. 2. ed. Coleção Geografia: Teoria e Realidade. São Paulo: Hucitec.
- MOTA, F. L. (2011). **O rural e o urbano na cidade de Balsas-MA: transformações socioespaciais no pós-1980**. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- PACHÊCO FILHO, A. K. G. (2011). **Varando mundos: navegação fluvial no Vale do rio Grajaú**. 2011. 264 f. Tese (Doutorado em História Social)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- PRADO JR, Caio. (2011). **Formação do Brasil contemporâneo**. Cia das Letras, São Paulo.
- RANGEL, I. (2005). **Obras reunidas**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ROCHA FERREIRA, M. da G. (2008). **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na Região de Balsas – MA**. 2008. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SANDRI, M. M.; BAÚ, S. C. S. (2008). **Balsas, palco de integração social: o encontro do sertanejo e do gaúcho**. Imperatriz, MA: Ética.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (2012). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, M. (1977). Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, p. 81-99, jun.
- VALVERDE, O. (1963). O arroz no Maranhão. In: **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro: XVI, p. 1-29.
- VIVEIROS, J. (1954). **História do comércio do Maranhão-1612/1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão/Lithograf.